


**FORMAÇÃO CONTINUADA DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM
EDUCAÇÃO: ALIENAÇÃO OU EMANCIPAÇÃO?**

**CONTINUING EDUCATION FOR ADMINISTRATIVE TECHNICIANS IN
EDUCATION: ALIENATION OR EMANCIPATION?**

**EDUCACIÓN CONTINUA PARA TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EN
EDUCACIÓN: ¿ALIENACIÓN O EMANCIPACIÓN?**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n8-195>

Data de submissão: 19/07/2025

Data de publicação: 19/08/2025

Nancy Costa de Oliveira

Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Educação

Instituição: Universidade de Brasília - DF

E-mail: nancy@unb.br

Otilia Maria A. N.A. Dantas

Professor orientador: Doutor

Instituição: Universidade de Brasília – DF

E-mail: otilia@unb.br

RESUMO

Este estudo é fruto das investigações realizadas no mestrado acerca da formação continuada dos Técnicos Administrativos em Educação (TAE's) que atuam nas Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil. Teve como objetivo geral analisar o sentido e a funcionalidade da política de formação continuada dos TAE's da UnB. A metodologia pautou-se na aproximação ao materialismo histórico dialético e os dados foram analisados com base na Análise do Discurso Crítica. Os achados apontaram que a maioria dos TAE's considera os cursos ofertados pelos Planos Anuais de Capacitação como uma forma de aprendizagem de novos conhecimentos e habilidades para o trabalho e que a instituição se limita a ofertar cursos que evidenciam o caráter tecnicista da educação. As conclusões nos levam a acreditar que o estudo contribui para promover o debate no campo da formação continuada dos TAE's e ressaltar a necessidade de implementação de políticas públicas, educacionais e institucionais que evidenciem o caráter da educação enquanto ação libertadora e emancipadora para esses sujeitos.

Palavras-chave: Formação Continuada. Política Educacional. Técnicos Administrativos em Educação. Emancipação.

ABSTRACT

This study is the result of research conducted during a master's degree on the continuing education of Administrative Technicians in Education (TAEs) working in public Higher Education Institutions in Brazil. Its general objective was to analyze the meaning and functionality of the continuing education policy for TAEs at UnB (University of Brasília). The methodology was based on an approach to historical dialectical materialism, and the data were analyzed using Critical Discourse Analysis. The findings indicated that most TAEs consider the courses offered by the Annual Training Plans as a way of learning new knowledge and skills for work, and that the institution limits itself to offering courses that highlight the technocratic character of education. The conclusions lead us to believe that the study

contributes to promoting debate in the field of continuing education for TAEs and emphasizes the need for the implementation of public, educational, and institutional policies that highlight the character of education as a liberating and emancipatory action for these individuals.

Keywords: Continuing Education. Educational Policy. Administrative Technicians in Education. Emancipation.

RESUMEN

Este estudio es el resultado de una investigación realizada durante una maestría sobre la formación continua de Técnicos Administrativos en Educación (TAE) que trabajan en Instituciones Públicas de Educación Superior en Brasil. Su objetivo general fue analizar el significado y la funcionalidad de la política de formación continua para TAE en la UnB (Universidad de Brasilia). La metodología se basó en un enfoque del materialismo dialéctico histórico y los datos se analizaron mediante el Análisis Crítico del Discurso. Los hallazgos indicaron que la mayoría de los TAE consideran los cursos ofrecidos por los Planes Anuales de Formación como una forma de adquirir nuevos conocimientos y habilidades para el trabajo, y que la institución se limita a ofrecer cursos que resaltan el carácter tecnocrático de la educación. Las conclusiones nos llevan a creer que el estudio contribuye a promover el debate en el campo de la formación continua para TAE y enfatiza la necesidad de implementar políticas públicas, educativas e institucionales que destaquen el carácter de la educación como una acción liberadora y emancipadora para estos individuos.

Palabras clave: Formación Continua. Política Educativa. Técnicos Administrativos en Educación. Emancipación.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo é um recorte oriundo da nossa pesquisa de mestrado que partiu do questionamento acerca do sentido e da funcionalidade da política de formação continuada dos servidores técnicos administrativos (TAE's) da Universidade de Brasília. Estes profissionais atuam de modo invisibilizado sem terem a oportunidade de usufruírem daquilo que essas mesmas instituições profetizam: uma educação de qualidade e emancipadora, pela via do conhecimento científico. A pesquisa teve como **objetivo geral** analisar o sentido e a funcionalidade da política de formação continuada dos servidores técnicos administrativos da Universidade de Brasília. A **metodologia**, de caráter qualitativo, pautou-se na aproximação ao materialismo histórico dialético, a partir do estudo de caso. A pesquisa documental foi utilizada para conhecer a legislação pertinente bem como as ações de capacitação implementadas pela Procap/UnB. Também foi aplicado aos técnicos administrativos da UnB um questionário semiestruturado constituído por questões abertas e fechadas. Para análise dos dados utilizou-se a Análise do Discurso Crítica proposta por Fairclough (2001, 2003) que possibilita a reflexão e compreensão sobre situações sociais e políticas específicas no que tange às desigualdades infringidas aos menos favorecidos, permitindo desvelar ideologias e práticas hegemônicas de abuso de poder. A **fundamentação teórica** foi pautada em Antunes (2012), Mészáros (2008), Paro (2013) e outros, a fim de alcançar o rigor científico para essa investigação. Os **resultados** apontaram que a maioria dos técnicos administrativos considera os cursos ofertados pelos Planos Anuais de Capacitação (PAC's) como uma forma de aprendizagem de novos conhecimentos, habilidades e competências para as atividades que desenvolvem no trabalho ou como possibilidade de ascensão funcional. Por outro lado, a instituição Procap/UnB limita-se a ofertar cursos que evidenciam o caráter tecnicista da educação, reforçando a natureza alienante da política educacional ofertada aos técnicos administrativos em educação da Universidade de Brasília. As **conclusões** nos levam a acreditar que o estudo contribui para promover o debate no campo da formação continuada dos Técnicos Administrativos em Educação (TAE's) e ressaltar a necessidade de implementação de políticas públicas, educacionais e institucionais que evidenciem o caráter da educação enquanto ação libertadora e emancipadora para esses sujeitos.

2 METODOLOGIA

Em nossos estudos acerca do pensamento crítico percebemos que esta seria uma forma de aproximação com o sujeito a ser investigado, o que possibilitaria atender ao objetivo geral desta pesquisa, ou seja, analisar o sentido e a funcionalidade da formação continuada dos servidores técnicos administrativos da Universidade de Brasília.

Dessa forma, a utilização do enfoque teórico pautado no materialismo histórico dialético se confirmou como mais adequado para a compreensão da dinâmica e das grandes transformações da história e das sociedades humanas, uma vez que este compreende a importância da evolução histórica e da prática social dos homens como fatores que possibilitam o entendimento do contexto atual.

Dessa forma, ao propor investigar a formação continuada dos TAE's e como esta se materializa enquanto política pública, nos aproximamos da teoria do ser social criada por Marx a fim de conhecer a essência do objeto investigado, lógica necessária para o entendimento do atual contexto. Nessa concepção, a realidade ou o concreto, se constitui como o todo articulado concebido após sucessivas aproximações do objeto, em um constante movimento de ir e vir, a fim de alcançar sua essência e compreender sua **totalidade**.

Por meio da Pesquisa Documental (Marconi e Lakatos, 2015), foi possível analisar a legislação que rege a política de desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional pertinente à regulamentação da formação continuada dos servidores públicos federais e, especificamente no âmbito da UnB, os Planos Anuais de Capacitação ofertados aos TAE's ativos, obedecendo ao recorte temporal de 2014 a 2018. A metodologia também se caracterizou como um estudo de caso no âmbito da Universidade de Brasília, pois de acordo com Triviños (1987), essa opção cabe na abordagem qualitativa quando se pretende captar não só a aparência do fato, mas a sua origem e suas mudanças.

Assim, optamos por encaminhar um questionário via correspondência eletrônica, para todos os TAE's vinculados ao Sintfub¹, juntamente com uma breve apresentação da finalidade e dos objetivos da pesquisa. Para embasar tal opção, encontramos em Moroz e Gianfaldoni (2002), o entendimento de que esse instrumento de coleta de dados, “tem a vantagem de poder ser utilizado em um grande número de pessoas ao mesmo tempo” e, Marconi e Lakatos (2003, p. 201) de que o questionário é uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”. Cabe ressaltar que consideramos importante mapear o grau de titulação dos servidores técnicos administrativos da UnB por entendermos ser essa uma fonte de inspiração para investimento em políticas públicas de formação continuada ofertadas no âmbito da Procap/UnB. No entanto, é consenso a necessidade de aprofundamento na investigação acerca dos fatores que impedem os TAE's de darem continuidade a sua formação acadêmica e que tal mapeamento dá visibilidade de modo a permitir que a Universidade reflita sobre o caso.

¹ A relação de endereços eletrônicos dos servidores técnicos administrativos foi obtida junto ao Sintfub (Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília) tendo em vista que não obtivemos êxito junto ao (CPD) Centro de Processamento de Dados (CPD) e ao DGP (Decanato de Gestão de Pessoas).

Para geração e análise dos dados produzidos foi utilizada a Análise de Discurso Crítica (ADC) proposta por Fairclough (2001), por ser uma perspectiva crítica, na qual a partir da fala dos sujeitos busca-se desvelar os sentidos e significados que estão para além da aparência e desse modo encontrar a essência. No caso dessa pesquisa, encontrar o real significado dos cursos ofertados pela Procap para os pesquisados.

Utilizada neste estudo como técnica, a ADC constitui uma referência importante na seara acadêmica visando se deter na análise social dos discursos. Para tanto, a ADC proporciona a estes um papel relevante nas práticas sociais no intuito de desenvolver o pensamento social crítico, tão necessário para a compreensão da linguagem na atual conjuntura. A ADC também nos permitiu analisar o discurso não apenas no que se refere a linguagem, mas sobretudo ao que há por meio dela, ou seja, as relações de poder que permeiam as diversas manifestações humanas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Baseado no aporte teórico de Marx e Mészáros, Antunes (2012) salienta para a necessidade de se promover a emancipação do trabalho, não bastando suprimir o Estado e negar o capitalismo. Faz-se necessário seguir para além do capital o que significa seguir adiante para uma transformação sócio-histórica em sua totalidade onde a Educação, entendida em seu sentido mais amplo, pode ser o caminho capaz de nortear o processo de transformação social, de modo radical, com vistas a superação da alienação do trabalho o que garantirá a plena emancipação humana.

Antunes (2012) nos leva a refletir sobre o papel da educação enquanto condição *sine qua non* para que cheguemos a emancipação humana intervindo nas limitações criadas pelo sistema capitalista que sobrepõe o produto do trabalho à própria condição humana. Essa concepção permite ao homem sonhar com uma educação ampla e não determinada pelo capitalismo (MÉSZÁROS, 2008). Todavia, essas limitações, ao mesmo tempo em que se constituem instrumentos de controle da produção e da manutenção dos interesses do capital, são legitimadas pelos valores e pela moral do sistema capitalista impedindo que se alcance a emancipação humana.

Tal concepção, permite a Mészáros, citado por Antunes (2012), concluir que as inúmeras reformas educacionais não representam senão novas estratégias do próprio capital para perpetuar seu status conservador e ainda que mesmo se a educação fosse pensada em sua totalidade, sozinha não poderia ser considerada a “solução para todos os males”. O autor justifica sua posição por considerar que no campo educativo existem múltiplos fatores que contribuem para o desempenho dos estudantes, tais como a família, o indivíduo-em-si e, principalmente, o poder público em prover condições de trabalho e estruturas físicas adequadas para esse profissional.

Bauer, Espíndola Fernandes, Lima e Rubens (2009) ao publicarem estudos bibliográficos acerca da educação e dos movimentos sociais, trazem para o debate as relações que se estabelecem entre a **historicidade**, os problemas atuais e as possibilidades interpretativas da educação e dos movimentos sociais, compondo um dossiê com várias reflexões acerca dos impactos da política e da economia para a vida social.

Dentre outras, trazem uma importante discussão realizada por Dominguini e Ortigara (2009, p. 509-528) onde os autores ressaltam a importância da compreensão de que as condições materiais e a ação do homem determinam a organização social, permitindo a elucidação dos caminhos trilhados pela educação na era capitalista.

Dessa forma, o conhecimento acerca da gênese histórico-ontológica da educação permitirá ao homem a busca por políticas que o leve à emancipação contrastando com o atual modelo educacional implementado pelo sistema capitalista.

Assim sendo, cabe a educação contribuir para a superação total do capital contrapondo as estratégias reformistas educacionais. Através da transformação na educação, agora entendida como algo “plenamente” vivido pelo homem, Mészáros (ANTUNES, 2012) entende que os indivíduos poderão, a partir de uma nova ordem social, redefinirem os rumos da sua própria vida, não mais na condição de explorados ou alienados. Destarte, esta condição permitirá ao profissional da educação cumprir seu papel enquanto instrumento da moral como automediação do homem em sua luta pela autorrealização para além dos interesses do capital.

A partir das reflexões e análises aqui expostas, infere-se que a educação se constitui como um campo de luta pela superação do modelo capitalista em prol de uma sociedade não mais determinada pelas necessidades da produção de mercadorias, pelo lucro, pela exploração alienante do trabalho. É necessário que o Estado reassuma seu lugar enquanto ente autônomo das suas políticas públicas e com isso possa definir estratégias que possibilitem assistir às escolas e aos professores naquilo que necessitam considerando que não se planeja educação sem levar em conta as especificidades de cada lugar.

Este caráter dado à educação a coloca no patamar de toda e qualquer iniciativa de mudança social com vistas à emancipação humana o que significa criar uma forma de consciência social que liberte os indivíduos dos limites restritivos impostos pela ação controladora do capital. Assim, seria possível os indivíduos usufruírem da liberdade em sua totalidade de modo a fazer do processo de aprendizagem “a sua própria vida”. Mészáros, segundo Antunes (2012) salienta que é apenas nesse sentido amplo de educação que a educação formal poderá contribuir para a superação do capital

realizando as suas necessárias aspirações emancipadoras, o que requer um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como a nossa própria vida.

Ao discorrermos sobre o papel da emancipação na vida do indivíduo, encontramos nos estudos realizados por Marx, as origens desse importante conceito. O termo emancipação foi abordado pelo autor em um ensaio publicado em 1844 sobre a “questão judaica” na Alemanha daquela época, momento em que o autor expôs as principais diferenças entre **emancipação** política e **emancipação** humana.

Ao criticar a análise de Bruno Bauer sobre a emancipação política dos judeus advinda com a ascensão da burguesia, Marx considerou que o mesmo se restringiu somente ao campo religioso e que essa não eliminou as contradições sociais que determinavam a desigualdade efetiva entre os homens, portanto não superou a sociedade de classes. No caso, o regime burguês emancipou os homens das relações de dependência pessoal peculiares ao feudalismo, porém não promoveu a liberdade jurídica (todos são iguais perante a lei) tampouco eliminou a exploração do homem pelo homem e, sem isso, a emancipação humana se torna impossível.

Assim, podemos inferir que para Marx (2010) a revolução política conquistada por meio da ascensão da classe burguesa produziu somente a emancipação política, mas esta não promoveu a emancipação humana, ou seja, a superação da sociedade de classes. A única revolução capaz de promover a emancipação estaria a encargo da classe proletariada.

Com base no aporte teórico de Marx, Mészáros (2008) salienta para a necessidade de se promover a emancipação do trabalho, porém se faz necessário seguirmos para *além do capital* o que significa seguir adiante para uma transformação sócio-histórica em sua totalidade onde a Educação, entendida em seu sentido mais amplo, pode ser o caminho capaz de nortear o processo de transformação social, de modo radical, com vistas a superação da alienação do trabalho o que garantirá a plena emancipação humana.

Logo, uma maneira de romper com a lógica perversa do capital seria criar uma alternativa educacional diferente que permita ao homem ter a liberdade para escolher, de forma autônoma, de que forma se dará sua contribuição no processo de mudança da sociedade. Para tanto, é preciso criar condições para reagir a situações adversas frente às novas alternativas da vida, conscientes de seu papel no desenvolvimento humano e, sobretudo, ciente de que sua educação jamais estará concluída e com a certeza de que “o papel da educação, propriamente definido como o desenvolvimento contínuo da consistência socialista, é sem dúvida um componente crucial desse grande processo transformador”. (ANTUNES, 2012, p. 117).

Para Gramsci (1991), a educação deve permitir que a classe subalterna desenvolva o senso crítico e com isso consiga romper com a opressão e exploração, base do sistema capitalista. Somente a partir do senso crítico o sujeito obtém a emancipação humana que representaria o fim da exploração e da sociedade dividida por classes, e, conseqüentemente, construção de uma nova sociedade mais justa.

Nesse sentido, a concepção de educação está inegavelmente ligada à necessidade de superação da alienação decorrente do controle sócio metabólico do capital. Esta superação pressupõe a extinção do capitalismo e a negação de tudo aquilo que corrói a essência do homem, reduzindo-o a um modelo fabril, onde seus anseios são desconsiderados e a exploração da sua força de trabalho, o único objetivo.

Portanto, cabe a educação contribuir para que a superação do capital seja feita de forma total e não parcial, como defendido por Mészáros (2008) nas estratégias reformistas educacionais, devendo promover o embate social contra as amarras do sistema capitalista:

Por conseguinte, é através dessa mudança na concepção da educação, agora entendida como algo “plenamente” vivido pelo homem, que Mészáros (2008) entende que os indivíduos poderão, a partir de uma nova ordem social, definirem os rumos da sua própria vida, não mais na condição de explorados ou alienados, pois produzirão para atender suas necessidades humanas efetivas e não para atender as necessidades mercadológicas e artificiais definidas pela ganância do capital.

Ao destacar a importância da educação para a emancipação humana, visto ser esta a responsável pelo desenvolvimento integral do homem, Bottomore (1988) afirmou que a busca pelo desenvolvimento de competências e habilidades para o trabalho seria uma diminuição do seu poder de transformação.

Dessa forma, acreditamos que ao investir em políticas públicas que permitam aos técnicos administrativos darem continuidade a sua formação em seu próprio ambiente de trabalho, as IES e em especial a UnB, estarão dando um passo em oposição à ordem destrutiva do capital rumo a emancipação desses trabalhadores. Tal atitude permitirá que os técnicos administrativos se beneficiem do produto do seu trabalho, ou seja, da educação produzida e ofertada por IES que exercem um papel indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade transformadora, íntegra e democrática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Universidade de Brasília, lócus da pesquisa, está constituída por 4 campi:² Brasília (Campus Darcy Ribeiro), Planaltina (Faculdade UnB Planaltina), Gama (Faculdade UnB Gama), Ceilândia (Faculdade UnB Ceilândia) e atualmente desenvolve um projeto de implantação de outro campi no Paranoá. Essa estrutura abriga 14 (quatorze) Faculdades, 12 (doze) Institutos, 33 (trinta e três) Centros e 39 (trinta e nove) Núcleos que abrigam centenas de Departamento e Laboratórios onde 3.177 (três mil cento e setenta e sete) TAE's desenvolvem suas funções técnico-administrativas.

Embora o questionário tenha sido enviado por e-mail para todos os TAE's vinculados ao Sintfub (Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília), apenas 36 (trinta e seis) concordaram em participar da pesquisa. Mesmo sendo considerado um número reduzido face ao quantitativo de técnicos administrativos da Universidade de Brasília, acreditamos ser esta uma amostra representativa pois, "uma amostra ideal em pesquisa qualitativa não atende a critérios numéricos, mas é aquela que reflete as múltiplas dimensões da totalidade" (MINAYO, 1998, p. 196).

Assim, o coletivo de sujeitos desta pesquisa está constituído de 36 (trinta e seis) técnicos administrativos (TAE's) pertencentes ao quadro ativo da UnB que exercem suas atividades no campi mais antigo da Instituição, o Campus Darcy Ribeiro, localizado na Asa Norte. Esses se dispuseram a responder, de forma eletrônica, o questionário composto por perguntas abertas e fechadas que serviram de base para os dados desta pesquisa.

De acordo com a estrutura do questionário, após concordarem em participar da pesquisa (Apêndice A), os participantes precisavam preencher o primeiro bloco denominado "Identificação", onde foi permitido saber onde residem, o ano de nascimento bem como o estado civil. O primeiro bloco do questionário consistia em questões que visavam identificar o participante no que tange a faixa etária e ao ano de ingresso na UnB. Assim, de acordo com a faixa etária dos participantes da pesquisa, constatamos que a maioria possuía entre vinte e sete a quarenta e oito anos de idade e que ingressou na UnB em 2010.

O segundo bloco do questionário corresponde a parte da Formação Acadêmica dos participantes. Constatamos que dos pesquisados, 11 (onze) possuíam Mestrado e 6, Doutorado. A questão pedia a última formação do pesquisado o que implica que se somarmos os 11 mestres com os 6 doutores o volume se aproxima a 50% dos pesquisados confirmando o alto nível de escolar. No questionário também foi solicitado aos participantes que indicassem, se fosse o caso, a área de formação em nível de (Graduação). Constatou-se que os participantes concluíram a graduação em

² <http://www.unb.br/a-unb/historia?menu=423>

diversas áreas de conhecimento, destacando-se Gestão de Recursos Humanos, Ciências Contábeis, Administração, Psicologia e Biblioteconomia.

Após a identificação da área de conhecimento a nível de Graduação, os participantes foram estimulados a informar, se fosse o caso, se haviam cursado algum curso de Especialização. Dessa vez, constatou-se que embora os participantes com título de Especialistas tenham dado continuidade aos seus estudos em várias áreas de conhecimento, a especialização em Educação a Distância e em Gestão de Pessoas foram os cursos que mais se destacaram na formação dos pesquisados, o que de certa maneira, além de serem importantes para o bom desenvolvimento do serviço público, também são excelentes cursos para mobilização de conscientização, autonomia e emancipação nos servidores investigados.

No que tange aos participantes com Mestrado, a pesquisa apontou que dos 3100 TAE's ativos na UnB, 356 haviam concluído o Mestrado em diversas áreas de conhecimento, predominando as áreas de Educação e Ciência Política. Esse número reduz de forma drástica quando se trata de participantes com Doutorado. Apenas 4 estavam cursando o Doutorado distribuídos nas áreas de Ciência e Tecnologia da Saúde, Política Social, Física e Tecnologias Química e Biológica, enquanto 2 haviam finalizado o curso, um em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações e o outro em Química.

Para além dos sujeitos pesquisados, a UnB apresenta uma estatística, disponível no sítio eletrônico do DGP³, de cerca de 52 (cinquenta e dois) servidores com formação no Ensino Fundamental. Vale salientar que a maioria deles ultrapassa os 56 anos de idade, o que nos leva a deduzir que são servidores próximos dos 30 anos de serviço e que por alguma razão que ainda desconhecemos, não deram prosseguimento à sua formação.

Ainda de acordo com os registros do DGP/UnB, a Universidade de Brasília possui 436 TAE's com formação em Nível Médio. Observou-se que a maioria dos TAE's que possuem escolarização até o Ensino Médio está na faixa etária acima dos 45 (quarenta e cinco) anos, entretanto não foi possível saber o porquê de não terem dado continuidade a sua formação acadêmica.

Consideramos pertinentes informar que em 2019 a UnB possuía cerca de 681 servidores técnicos administrativos com o nível superior completo que não deram continuidade aos seus estudos. Estes servidores, nasceram na segunda metade do século XX, época que marca dois momentos importantes para as universidades públicas no Brasil: o primeiro refere-se à ampliação das universidades públicas em campi universitários democratizando o acesso ao ensino superior; o

³ Esses dados podem ser acessados mediante o endereço eletrônico www.dgp.unb/dados-abertos.

segundo, a fundação da Universidade de Brasília, demandando um quadro de profissionais com formação superior para assumir os cargos de gestão desta Instituição.

Acredita-se que para uma Instituição de Ensino Superior pública renomada como a Universidade de Brasília, seria um dado positivo e instigante que esta tivesse um maior número de TAE's com formação acadêmica minimamente em nível superior.

Entretanto, essa não é a realidade. Ao mapearmos o grau de titulação dos TAE's da UnB e constataremos que a maioria não conseguiu dar prosseguimento a sua formação acadêmica, embora cientes da existência de múltiplas justificativa para essa situação, entendermos ser essa uma fonte de inspiração para investimento em políticas públicas de formação continuada ofertadas no âmbito da Procap/UnB. Portanto, mister se faz a necessidade de aprofundamento na investigação acerca dos fatores que impedem os TAE's de darem continuidade a sua formação acadêmica e que tal mapeamento dá visibilidade de modo a permitir que a Universidade reflita sobre o caso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo geral da pesquisa, analisar o sentido e a funcionalidade da política de formação continuada dos servidores técnicos administrativos da Universidade de Brasília, e da missão da Procap (Coordenadoria de Capacitação), atualização dos recursos humanos desta Instituição, visando à qualidade dos seus serviços, e por princípios a melhoria da qualidade de vida e da qualificação profissional, a adequação do perfil de servidores e colaboradores aos diversos ambientes organizacionais, a valorização da sua participação nos programas desta Universidade e o processo contínuo de treinamento como agente motivador de participação, constatou-se que o discurso da (Procap) da Universidade de Brasília possui fortes indícios de dominação da classe trabalhadora, que provavelmente vê o treinamento e a capacitação funcional como processos educativos por excelência, facilitadores da aprendizagem, do crescimento e do desenvolvimento psicossocial e intelectual dos servidores, mas que na realidade se aproximam mais de um processo para aquisição de habilidades e competências, sob a forma aquisição de ferramentas eficazes, dinâmicas e rápidas que favorecem o sistema capitalista ora implantado mundialmente.

No que tange ao discurso dos participantes, os dados coletados evidenciam que esses estão imersos em ideologias que naturalizam a oferta de cursos voltados apenas para seu desenvolvimento enquanto trabalhador em detrimento do que seria um desenvolvimento do ser como um todo, com vistas à emancipação bem como a transformação de si, do outro e da sociedade como um todo.

Nesse sentido, discussões acerca das desigualdades sociais aprofundadas pela crise financeira, política e social que assola o Brasil, devem ser vistas como uma forma de resistência frente

ao poder do capitalismo que destrói as relações humanas, ao inserir em seu âmago o sentido da competição e da meritocracia.

Contrapondo-se a essa perspectiva, os resultados da pesquisa nos permitiram constatar que a atual política de desenvolvimento de pessoal se restringe, em sua maioria, ao desenvolvimento de competências para realização de atividades, observando-se os objetivos institucionais. Nesse ponto queremos ressaltar que compreendemos os limites de ação da Procap visto que essa cumpre as funções que lhe foram delegadas, portanto, inevitavelmente planejam e viabilizam ações de capacitação visando suprir lacunas de competências fundamentais, gerenciais e específicas determinadas pela Administração Pública Federal.

Entretanto, julgamos que se ater somente a essa prerrogativa, significa reeditar versões dos PAC's, ano após ano, que em sua maioria não despertam o interesse dos servidores, exceto para aqueles que precisam de algum curso de curta duração para fins de progressão funcional. Por outro lado, se ao identificar necessidades de capacitação e lacunas de competência indicadas nos processos de gestão de desempenho também dar voz aos servidores da UnB, é provável que, espontaneamente, o desejo de aprender algo mais do que conhecimentos acerca de suas habilidades profissionais, salte aos olhos de quem está a frente dessa Coordenadoria. A partir disso, não seria o caso de levar essas aspirações ao conhecimento dos órgãos competentes? Penso que esse seria o início para novas possibilidades de ações de capacitação e de qualificação.

Desta feita, consideramos que um outro sujeito possui condições para mudar esse panorama. Nos referimos a própria Universidade de Brasília que abriga em seu coletivo de servidores aproximadamente 3100 TAE's na condição de trabalhadores com potencial para investirem em formação continuada séria e profunda. Ainda que historicamente o conhecimento científico tenha sido uma forma de conhecimento privilegiada pela grande importância que constitui para a vida das sociedades contemporâneas, é preciso socializar esse direito.

Nesse sentido, consideramos ser necessário que a Universidade assuma efetivamente sua função social, ou seja, se está a serviço da formação de mão de obra especializada, bem como para a produção de pesquisas destinadas ao mercado capitalista e ao Estado ou se visa a produção e difusão de saberes científicos pautando-se pelas demandas populares e sobretudo, pelas questões sociais. Nesse ponto, convém resgatar sua autodenominação, "Uma Universidade transformadora, com a missão de produzir, integrar e divulgar conhecimento, desenvolvimento sustentável". (Site eletrônico da UnB).⁴

⁴ <https://www.unb.br/a-unb?menu=423>

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Caio. **A educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação**. Campinas, Sp: Autores Associados, 2012
- BAUER, Carlos; ESPÍNDOLA FERNANDES, Maria Dilnéia; LIMA JARDILINO, JOSÉ Rubens. **Da educação e dos movimentos sociais** - historicidade, problemáticas atuais e possibilidades interpretativas. EccoS Revista Científica, vol. 11, núm. 2, julio-diciembre, 2009, pp. 311-331 Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil. Disponível em www.redalyc.org/pdf/715/71512097001.pdf. Acesso em: 25/07/2018
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- DOMINGUINI, Lucas; Ortigara, Vidalcir. **Educação e formação humana: um debate histórico-ontológico**. Eccos Revista Científica 2009, 11 (2). Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71512786011>. Acesso em 10/08/2018.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. New York: Routledge, 2003.
- GERALDO, Zé. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HUNGARO, E. M. **A questão do método na constituição da teoria social de Marx**. In: CUNHA, C., VIEIRA DE SOUSA, J., SILVA, M. A.(orgs) O método dialético na pesquisa em educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. (pp 15-78).
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas da pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed., 8. reimpressão. São Paulo: Editora Atlas, 2015.
- MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma de social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MÉSZÁROS, István, 1930. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MOROZ, Melania e GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Editora Plano, 2002, 108p.

PARO, Vitor Henrique. **A teoria do valor em Marx e a educação**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva, 1928- T759Í Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação / Augusto Nibaldo Silva Triviños. --São Paulo : Atlas, 1987.